

Os intelectuais e a censura na França no século xx¹

Jean-Yves Mollier²

Resumo

Em pleno século XX, na França, intelectuais laicos, de um lado, católicos, de outro, defenderam a censura de obras literárias, de exposições, de artistas e até mesmo de histórias em quadrinhos. A história dos intelectuais franceses desse período encobre a existência e a atuação de figuras conservadoras e reacionárias, virulentas na expressão de suas convicções, vindas em boa parte do meio clerical, e que dispuseram de grande visibilidade e influência, não apenas na França. Embora menos lembradas, é preciso compreender o alcance de suas ideias, as formas de sua difusão, o papel deletério que exerceram, em seu tempo, com a calúnia e a condenação sistemática de obras, de autores, de artistas, e o modo como se impuseram ao Estado e atuaram em seu nome. Reconstituir essa dimensão da história intelectual francesa é fundamental hoje, quando se pode ouvir o eco de totalitarismos de base religiosa que progressivamente ameaça as liberdades individuais.

Palavras-chave: Intelectuais franceses. Censura. Totalitarismo. Reacionarismo. Religião.

“Madame Anastasie”, essa representação caricatural da censura sob a forma de uma senhora idosa munida de tesoura e meio cega e surda apareceu na imprensa francesa no período dito da “Ordem Moral”³. A censura não nasceu, no entanto, no fim do século XIX. Ela estava, de fato, instalada há mais de trezentos e cinquenta anos na França, quando então a Revolução colocou fim, em julho de 1789, ao que chamamos, deste

1 Tradução de Simone Varella, Josiane Bittencourt e Luzmara Curcino.

2 Doutorado em História (Université Paris I, 1986). Diretor do Centre d'Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines de 1998 a 2005, Diretor da École Doctorale “Cultures, Organisations, Législations” de 2005 a 2007, Diretor da École Doctorale “Cultures, Régulations, Institutions et territoires” de 2009 a 2014. Professor Emérito da Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines.

3 A ilustração de André Gill intitulada “Madame Anastasie” foi publicada pelo jornal L'Eclipse em 19 de julho de 1874 (DELPORTE, 1997).



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

lado do Oceano Atlântico, de Antigo Regime. Surgido com a obrigação do depósito legal de livros, assim como todo tipo de impresso, incluindo gravuras e letras de música, entre 1537 e 1624 (MOLLIER, 2015), o controle estatal sobre a produção dos escritores, professores, padres, juristas, e outros especialistas da escrita, tinha então criado um corpo de censores reais que se proliferara de modo a poder contar com cerca de 200 representantes ao final do século XVIII (DARNTON, 2014).



Figura 1 – “Madame Anastasie”

(DELPORTE, 1997)

Abolida de fato no contexto do levante popular que precede a extinção da Monarquia, a censura volta à tona três anos mais tarde, quando a República, ameaçada pelos soberanos europeus em coalizão contra ela, decide controlar a circulação de jornais e livros. Enquanto a *Declaração dos Direitos do Homem* tinha proclamado, em 1789, a liberdade de expressão como um dos direitos fundamentais do cidadão, a *Convenção Jacobina*, a partir do fim de 1792, iria restringir essa liberdade e depois suspendê-la no ano seguinte. Napoleão Primeiro, herdeiro da *Grande Revolução*, mas também imperador despótico, iria ainda mais longe restabelecendo oficialmente a censura e criando, em fevereiro de 1810, um corpo de “Comissários da Livraria”, uma espécie de polícia do espírito que então inicia sua atuação, o que se estenderá por aproximadamente 70 anos.

Com efeito, se o regime de licença que era concedida aos livreiros, obrigatória para todos os impressores e todos os editores, foi anulado em

10 de setembro de 1870, é apenas depois da votação da grande lei liberal de 29 de julho de 1881 que a imprensa, a livraria e a impressão serão verdadeiramente libertadas dos entraves que pesaram sobre elas desde o início do século XIX (MOLLIER, 2008a, 2010).

A partir de então, qualquer indivíduo, independentemente de seu sexo, de sua religião ou de suas origens é autorizado a publicar, contanto que encontre um mediador capaz de difundir seus escritos para o público. Dentro desse limite, de natureza mais econômica que ideológica, um socialista, um ateu, um livre pensador podiam defender suas concepções, sua filosofia, ou seus gostos pessoais sem sofrer uma intervenção do poder. Esse regime jurídico permitiu mesmo aos anarquistas defenderem sua propaganda, ao menos até o voto das leis de exceção ditas “*Les lois scélérates*”, de 1893–1894, elaboradas em resposta a atentados, apresentando-se sob a forma de uma repressão brutal e liberticida.

Para além dessa restrição de seu espaço de intervenção, os intelectuais franceses beneficiavam-se de um clima muito favorável à liberdade de expressão entre 1881 e 1914. O editor socialista Maurice Lachâtre aproveitava para publicar Marx, Proudhon, Bakounine, e os jornais libertários, como *Le Père peïnard*, assim como revistas mostrando caricaturas ferozes do governo, como *L'assiette au beurre*, puderam circular sem dificuldades.

A canção anarquista, a caricatura, a “literatura de rua” (MOLLIER, 2009) conheceram seus tempos de glória nesse período, e apenas a literatura libertina e os escritores que tinham uma queda por esse gênero foram objetos de uma vigilância e de uma repressão policial e judiciária bastante sensíveis (STORA-LAMMAGE, 1990). As ligas de moralidade, que veremos reaparecer no período entreguerras, chamavam os Estados a agirem em relação à audácia dos “pornográficos” e, na França, como na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, as medidas específicas tentaram limitar a “avalanche de lama” que as autoridades católicas e os pastores protestantes se esforçavam para desviar de seu curso (MOLLIER, 2014). Recordemos a desventura ocorrida a um jovem escritor, Louis Desprès, em 1884. Ele fora encarcerado na prisão de *Sainte-Pélagie* por ter publicado *Autour d'un clocher. Mœurs rurales*, um pastiche de romance naturalista no estilo Emile Zola, e morreu no ano seguinte de uma tuberculose contraída durante sua estadia na detenção (LECLERC, 1991).

Outros escritores foram vítimas do braço secular, como Lucien Descaves, por ter pintado, em *Sous-Offs*, em 1889, um retrato pouco reluzente da vida na caserna, ou Georges Darien, por ter denunciado, em *Biribi*, em 1891, as prisões militares, mas, no geral, a liberdade de exprimir suas opiniões pelo livro sofreu apenas poucos ataques na *Belle Époque* (LECLERC, 1991).

O pós Primeira Guerra Mundial oferece um quadro bastante desconcertante já que, vista de Londres ou de Nova Iorque, Paris aparecia como uma pequena ilha liberal onde se podia continuar a editar tudo, como testemunham James Joyce e Henry Miller, que publicaram, em inglês e depois em francês, *Ulysses*, em 1922, e *Tropic of Cancer*, em 1934, ou, ao contrário, como uma capital repressiva, se nos lembrarmos de que Victor Margueritte fora suprimido dos registros da Legião de Honra e afastado da presidência da *Société des gens de lettres* por ter publicado *La garçonne*, um romance em que se ressalta a liberdade da mulher, no mesmo ano em que *Ulysses* vem à tona sem desencadear uma tempestade. Ele reincidirá com *Chair de ma chair* [*Carne da minha carne*] e com *Ton corps est à toi* [Seu corpo é seu], desencadeando a ira das ligas de defesa da família que convocarão a sociedade a boicotar esse escritor que alcançou o auge do *cursus honorum*.

Le diable au corps [O diabo no corpo], de Raymond Radiguet, havia tido mais sorte no mesmo período (1923), graças à audácia de seu editor, Bernard Grasset, que antecipou as reações desfavoráveis do público conservador e dirigiu sua publicidade para a juventude, enfatizando a precocidade de um autor capaz, aos 18 anos, de redigir um romance que se desenrolava em plena Guerra Mundial, mas atrás das linhas de frente (NEMER, 2002).

Ainda que abolida oficialmente no final de 1905, quando os créditos necessários a sua atividade foram suprimidos, os censores responsáveis pela avaliação dos espetáculos ganharam terreno graças a seu posicionamento a favor da guerra, em agosto de 1914, e se eles desaparecem em setembro de 1919, as associações de pais de família não pretendiam então deixar a liberdade se instalar nos palcos dos teatros, nem nas telas do cinema, o que trouxe consigo outras batalhas a favor ou contra a representação de uma peça ou da projeção de um filme nos anos de 1920–1940.

Com a adoção de um “Código da família”, em julho de 1939, e de uma lei dita “de proteção da infância e da adolescência contra as publicações ilustradas” votada em julho de 1949, a França iria se engajar em uma via repressiva perigosa e virar as costas à prática liberal que havia sido colocada em cena no início do renascimento do regime republicano, em julho de 1881. Boris Vian, Jean Genet, Pauline Réage, quando vivos, o Marquês de Sade, *post mortem*, experimentarão os golpes da censura, obrigando os intelectuais progressistas a se questionarem sobre qual era a importância para o Estado de limitar a liberdade de expressão. Processos célebres a respeito de *J’irai cracher sur vos tombes* [Eu vou cuspir sobre seus túmulos], em 1950, a edição das obras do Marquês de Sade, em 1953, *Lolita*, de Nabokov, em 1956, posteriormente *La question* [A questão], um ensaio de Henri Alleg denunciando a tortura na Argélia, em 1958, lançarão uma luz crua sobre a França do pós Segunda Guerra Mundial. A interdição do filme *La religieuse* [A religiosa] de Jacques Rivette, em 1966, e também da revista *Hara-Kiri*, em 1970, encerrarão um ciclo da censura iniciado na sequência da Primeira Guerra Mundial. É, então, na tentativa de esclarecer a atitude dos intelectuais, laicos de um lado, católicos de outro, que nós nos ocuparemos aqui neste esboço de uma história da censura na França no século XX.

Nascimento e organização do intelectual católico na cidade

A lei de separação das Igrejas e do Estado, promulgada em 1905, havia sido bem aceita nos meios protestantes e judeus, tendo os cultos calvinista, luterano e israelita o hábito de confiar aos consistórios laicos o cuidado de dirigir seus negócios materiais. A Igreja Católica, que havia aceitado o princípio de associações de cultos, os quais atuavam na gestão dos bens das paróquias tanto nos Estados Unidos quanto na Alemanha, dois países majoritariamente de religiões reformadas, rejeita essa possibilidade no espaço francês. Os afrontamentos violentos, e mesmo fatais, tiveram lugar em 1906, quando o Estado quis inventariar, por meio dos funcionários do Tesouro, os bens das igrejas (MAYEUR, 1966) e, sobretudo, os fiéis iriam viver a partir de então sua existência na República como uma espécie de inferno, o que fomentou uma desconfiança total para com as instituições de seu país. Já o *Caso Dreyfus* havia visto numerosos intelectuais católicos

tornarem-se dissidentes em 1894–1899, em nome da defesa do Exército, dos quais seus oficiais eram, em muito, oriundos de estabelecimentos de ensino dirigidos por “irmandades” ou por “padres”. Alguns se recusaram a comandar as tropas na ocasião dos inventários e se demitiram e, em 1906, foram imitados por certo número de magistrados. No auge das manifestações contra o regime, em 1899, assistimos ao nascimento da *Liga de ação* francesa, um movimento dirigido por Charles Maurras e destinado a combater os “quatro Estados confederados” determinados a destruir a França: os protestantes, os franco-maçons, os judeus e os metecos (PRÉVOTAT, 2001). Sinal dos tempos, numerosos intelectuais recentemente convertidos à fé católica aderem ao movimento do qual Léon Daudet e Maurice Pujo foram os porta-vozes autorizados e eloquentes (STERNHELL, 2013) e que sustentaram numerosos eclesiásticos, fervorosos leitores, a partir de 1908, do periódico intitulado como o próprio movimento: *L’Action Française*.

Como vimos com essa ofensiva dos círculos clericais nos primeiros anos do século XX, o intelectual francês, tal como ele aparece claramente no *Caso Dreyfus*, um homem de letras ou um sábio engajado publicamente a serviço da verdade e da justiça (ORY; SIRINELLI, 1986) mascarou, em parte, outras figuras, conservadoras e reacionárias, mas também fechadas e virulentas na expressão de suas convicções. Se os primeiros tiveram a tendência de denunciar todas as formas de censura, os segundos convocavam, sobretudo, o Estado a interditar certas correntes literárias, artísticas e políticas.

Emile Zola havia visto parte da imprensa denunciar o naturalismo, acusando-o de versar sobre pornografia, depois da publicação de *Nana*, em 1880, e os jornais mais lidos despejaram sobre ele o seu desprezo e ódio quando assumiu a defesa do capitão Alfred Dreyfus, em 1897-1898. A vontade de silenciar sua voz, de tirar dele toda credibilidade, era clara e estava fora de questão para a imprensa nacionalista, a mais veemente na condenação do escritor, notadamente o *Petit Journal* ou os folhetins antissemitas, como o *Libre Parole* – discutir seriamente seus argumentos. Os jornalistas defensores do Exército, considerado uma “arca santa”, tão inviolável quanto o “Santo dos Santos” no templo de Salomão, intentavam

destruir simbolicamente o escritor naturalista e visavam a fazê-lo desaparecer do espaço público (MOLLIER, 1997, 1998) com suas batalhas de papel.

Sua fuga para a Inglaterra, para escapar da prisão que lhe estava destinada, comprometeu definitivamente suas chances de reencontrar uma verdadeira audiência em seu país. Foi preciso um evento externo, o suicídio do comandante Henry, um dos falsários do estado-maior do exército, para que as autoridades compreendessem que era hora de trazer Alfred Dreyfus da ilha do Diabo, onde ele havia sido exilado, e de fazê-lo passar por outro tribunal, o que colocou fim ao “Caso” propriamente dito, no fim dos anos de 1890 (AURIOL, 2014).

O que nos interessa aqui é o compromisso dos intelectuais católicos, fazendo coro ao redor das instituições e, principalmente, da *Academia Francesa*, com Paul Bourget, Maurice Barrès, Ferdinand Brunetière, Jules Lemaitre, entre outros, que revela um rosto pouco conhecido ao estrangeiro de um tipo de intelectual francês menos estudado que sua antítese laica (SERRY, 2004). Denunciando as “bancarrotas”, como também as “falências”, da ciência, em 1895; Brunetière, um dos críticos literários mais reputados tanto na França quanto nos Estados Unidos e no Canadá, dois países onde ele fará conferências muito frequentadas (COMPAGNON, 1997), havia em alguma medida traçado a via desses intelectuais de direita que, periodicamente, lembravam aos seus adversários, os intelectuais de esquerda, que estes não são os proprietários nem da inteligência, nem do pensamento.

Essa dissidência ficará mais clara em junho de 1919 quando, no dia seguinte à publicação da “Declaração de Independência do Espírito”, um chamado lançado no jornal *L'Humanité*, por Romain Rolland, a fim de denunciar a servidão dos escritores, artistas e sábios que haviam colocado sua pluma ou seu cérebro a serviço da guerra durante os cinco anos de terrível hecatombe, recebe a resposta de outros intelectuais de direita com um contra chamado publicado três semanas mais tarde no *Le Figaro* intitulado “Por um Partido da Inteligência” (SIRINELLI, 1990). Aos Henri Barbusse, Jean-Richard Bloch, Georges Duhamel, Léon Werth, Jules Romains e Charles Vildrac, que representavam a esquerda do jogo político e do qual a

obra ainda estava por vir; Paul Bourget, Francis Jammes, Charles Marraus, Jacques Maritain, e mesmo Henry Ghéon e Daniel Halévy, um conhecido de André Gide e da *Nrf* – *La Nouvelle Revue Française* – no primeiro caso, e o parceiro de Charles Péguy nos *Cahiers de la Quinzaine*, no segundo, faziam oposição com a força do número e com a diversidade das sensibilidades representadas. Manifestamente, ao fim da Grande Guerra, e à revelia do grupo Dadaísta, em pleno desenvolvimento, e aos Surrealistas, ainda inexistentes, a literatura francesa parecia ter renunciado ao espírito crítico e à mensagem das Luzes. Ela se negava a fazer seu “exame de consciência”, ou sua “autocrítica”, e afirmava publicamente ter tido razão de sustentar o esforço de guerra de seu país, que passava pela “lavagem cerebral” da propaganda e se distanciava muito rapidamente do ideal dreyfusista que tanto havia feito pela difusão do pensamento francês no mundo.

Cinco anos mais tarde, distribuindo na rua um tratado de quatro páginas, com um título estranho em letras maiúsculas, “UM CADÁVER”, os amigos de André Breton e de Louis Aragon iriam em certa medida dar visibilidade ao desafio lançado pelos escritores próximos da Academia Francesa. Valendo-se da emoção que se seguiu ao anúncio da morte de Anatole France e da decisão do governo de lhe conceder os funerais nacionais, os surrealistas serviram-se de três “figuras” francesas que haviam falecido recentemente, Pierre Loti, Maurice Barrès e Anatole France: “o idiota, o traidor e o policial”, segundo a formulação de André Breton, que assinava nesse manifesto um artigo particularmente injurioso intitulado “REJEIÇÃO AO FUNERAL”⁴. Loti, Barrès e Anatole France, jovens que haviam conhecido o horror da guerra, voltaram dela convencidos de que um mundo havia ruído e que sobre seus escombros convinha construir outro universo. Maurice Barrès foi qualificado de “Rouxinol da sepultura” por ter enaltecido a nobreza dos combates, Pierre Loti foi considerado um velho acometido de cretinismo por ter sustentado que os Turcos eram culpados pelo genocídio perpetrado contra os Armênios, e Anatole France, notável figura do dreyfusismo, que havia cedido ao medo tendo respondido finalmente à intimação de sustentar a união sagrada. Os três não mereciam nenhuma homenagem e deveriam, ao contrário, serem recobertos pelo

4 «Un cadaure», reproduzido em José (1980).

manto da infâmia. Rompendo com seu círculo e seus predecessores, os escritores que em breve publicariam a revista *Le Surréalisme au service de la Revolution* se filiam claramente à extrema esquerda, em 1924, e dirigem o seu olhar para o lado Leste do continente europeu, lá onde as bandeiras da revolução bolchevique, longe de os repelirem, os atraem como um imã.

As ligas católicas e seu ataque à República

Pouco representativos da opinião, os escritores dadaístas e surrealistas viram a prestigiosa *La Nouvelle Revue Française* vencida pela febre de conversão ao catolicismo e, no imediato pós-guerra, são as “semanas dos escritores católicos” que estão à frente da cena midiática (SERRY, 2004, p. 223). Lançados em 1921, esses encontros reuniam numerosos participantes da assembleia, onde, em presença de autoridades religiosas, homens e mulheres afirmam a obrigação do romancista ou do dramaturgo de se referirem, em sua obra, à mensagem evangélica de respeito aos princípios que guiam sua fé. Colocado de maneira muito teórica, esse problema da autocensura pode ser observado quando Paul Claudel aceita submeter sua primeira peça, *L'otage* [O refém], às tesouras do diretor de teatro, o católico Gaston Baty, com base nos conselhos de seu confessor, monsenhor Baudrillart. François Mauriac, no entanto, recusará submeter-se à tutela de um censor nas revistas em que escreve (SERRY, 2004).

A querela violenta nascida em torno da publicação de um *Jardin sur l'Oronte*, de Maurice Barrès, iria mostrar, no mesmo período, que a unanimidade não reinava do lado católico no que concernia à liberdade do escritor (SERRY, 2004; MOLLIER, 2014). O abade Bremond, autor reputado do *Histoire du sentiment religieux*, interveio em um debate no qual Barrès, Bernanos e Mauriac recusam-se a ceder aos argumentos da hierarquia católica e de todos os que pretendiam lhes interditar a faculdade de penetrar nas zonas mais problemáticas do psiquismo e de explorá-las sem se preocupar com as emoções ou as paixões que eventualmente poderiam consumir seus leitores menos educados.

Um homem dominou esses debates, o abade Bethléem, que havia publicado, em 1904, a primeira edição de *Romans à lire et romans à proscrire* [Romances para se ler e romances proscritos], um ensaio 11 vezes

reeditado e que alcançou a cifra de 140.000 exemplares quando de sua última reedição, em 1932. Vendido em mais de 130 países, dentre os quais o Canadá, os Estados Unidos, o Uruguai, a Argentina e, sem dúvida, o Brasil, esse livro e a revista que propagava sua mensagem, *Romans-Revue*, de 1909 a 1914, depois a *Revue des lectures*, de 1919 a 1939 – 15.000 assinantes, em 1933 – chegaram a ter o apoio da Igreja católica e três papas sucessivos abraçaram os esforços do diretor dessa revista cultural de combate entre 1910 e 1940 (MOLLIER, 2014). Se existiam livros que não se podia disponibilizar a todos, e, de início, aqueles livros que estavam interditados por um decreto da congregação do *Index*, isso significava que o escritor digno desse nome não poderia usufruir de uma liberdade total e que sua criatividade deveria ser contida pelo respeito aos valores cristãos. Como pintar então a escuridão da alma humana ou as hesitações, os erros, as quedas seguidas dos levantes de um indivíduo tocado pela dúvida? O abade Bethléem não era insensível a essas questões, e distinguia seis categorias de obras a fim de permitir aos adultos ilustrados ler quase todos os livros, mas ele se recusava a ir além de certos limites, aprovando, aliás, a ação bem mais liberticida das Ligas de moralidade que haviam florescido depois da Grande Guerra.

Orador apreciado da Federação nacional católica – mais de dez milhões de adeptos no início dos anos de 1930 –, o abade Bethléem tentava controlar ao mesmo tempo o mundo dos teatros, aquele da ópera, do romance, da história em quadrinhos, do rádio e do cinema. Seu último compromisso na comunidade teria por alvo as praias onde os turistas acampados começavam a tornar-se numerosos, em 1936, quando a lei sobre as férias remuneradas fora adotada pelo Parlamento. Isso diz muito do quanto suas críticas, publicadas na *Revue des lectures*, ou nos livros que reuniam suas tribunas, e que se referiam ao teatro, à imprensa, às ilustrações para a juventude ou ainda à imoralidade, eram esperadas ou temidas. Procurando causar medo às autoridades municipais, ele queria pressionar os prefeitos das grandes cidades para que interditassem as revistas frívolas – *Frou-Frou*, *Le gai Paris*, etc. – e ele se felicitava publicamente quando alcançava seus fins – compreendida aí Lyons, cidade dirigida por um homem de esquerda, Edouard Herriot, líder do Partido Radical, ou em Lille, cidade onde o socialista Roger Salengro era o primeiro magistrado. Valendo-se de sua grande

visibilidade, ele incitava as próprias autoridades locais a nomear comissões municipais compostas de numerosos pais de família para vigiar as peças de teatro, óperas e musicais representados no perímetro de seu bairro.

Graças a seus numerosos adeptos fora da França, ele obteve resultados similares em Montreal, no Canadá, e em Montevideu, no Uruguai, duas capitais regionais nas quais as autoridades verificavam cuidadosamente as opiniões que ele havia emitido antes de autorizarem um espetáculo público⁵. Não há nenhuma prova de que os governos dirigidos por Getúlio Vargas, no Brasil, no mesmo período, tenham sido inspirados por suas obras, mas a acirrada vigilância à qual a polícia política submeteu a edição, a imprensa e o mundo do teatro assemelhava-se a esse controle dos espíritos que ele reclamava na Europa (MOTTA, 2002).

Como já se deve ter entendido, o abade Bethléem simpatizava com os regimes de ordem, como a Itália fascista e a Espanha franquista, depois de 1936, defendendo com afinco o golpe de Estado fascista do caudilho espanhol, rejeitando com indignação as reservas que um outro católico, também de direita e monarquista, Georges Bernanos, emitia em seu livro, de 1938, intitulado *Les grands cimetières sous la lune* [Os grandes cemitérios sob a lua], sob a forma da recusa indignada das violências, não importando de onde elas viessem.

Além desses compromissos e combates, o abade Bethléem adorava localizar e destruir as publicações frívolas que se encontravam nas bancas de revistas onde elas atraíam o olhar dos transeuntes. Pego em flagrante delito, ele exigia da polícia ser interrogado a fim de poder aproveitar da audiência do tribunal para dar uma lição de moral nas autoridades! Contra determinados filmes populares, como o *Le rosier de Madame Husson* [O roseiral de Madame Husson], interpretado pelo grande ator cômico Fernandel, ele desencadeia igualmente movimentos de boicote que não passaram despercebidos pela opinião pública.

Assim, a França que vai votar, em uma ligeira maioria, em favor do governo da *Frente Popular*, dirigido por Léon Blum, em junho de 1936, não é ela, como imaginam muito frequentemente no exterior do hexágono,

5 Ver : MOLLIER (2014) para todos esses exemplos.

um país que voltou à esquerda e deseja a instauração de medidas sociais ousadas, socialistas. É, ao contrário, um país dividido que, depois dessa curta sequência de engajamento à esquerda – férias remuneradas para todos, jornada de 40 horas etc. (ORY, 1994) – rompe definitivamente com esse programa em novembro de 1938 e elabora, em julho de 1939, um “Código da Família” que instaura um controle estrito sobre as publicações e anuncia, em vários aspectos, e de modo muito semelhante, a política do Marechal Pétain. Se a França tivesse podido votar em maio de 1940 teria eleito o Partido Social Francês do coronel de La Rocque⁶, um movimento amplamente inspirado na Federação Nacional Católica, caso não tivesse se envolvido nessa “estranha guerra”⁷, em setembro de 1939, que teria ganhado as eleições, dando acabamento ao rosto desse país, capaz de passar de um extremo a outro em apenas quatro anos.

Ao lado dessas forças de extrema direita, encontramos numerosos intelectuais que passaram pelas “Semanas dos escritores católicos” e cujo engajamento a favor do general Franco se manifestava nas revistas *Occident*, dirigida por Jean-Pierre Maxence e Pierre Drieu La Rochelle, responsáveis por *Candide* ou *Je suis partout*, sendo esse último próximo da *L'action française* e um antissemita. Sua atuação nessas revistas tornaram esses escritores líderes de opinião, contra as quais se opunham as revistas *Marianne*, *Regard* ou *Vu*, revistas de esquerda, que experimentaram então grandes dificuldades de se fazer ouvir.

Os grandes desfiles da *Frente Popular*, os filmes mostrando os operários dançando nas usinas ocupadas durante as greves ou indo de bicicleta explorar as praias da Normandia, poderiam dar a impressão de que a França tendia nessa ocasião verdadeiramente para a esquerda e que ela vibrava em uníssono ao escutar o chamado de André Malraux para apoiar a Espanha republicana ou Louis Aragon para sustentar as casas da cultura. No entanto,

6 Foi o Partido Social Francês que adotou a máxima “Trabalho, Família, Pátria”, slogan que é retomado pelo Marechal Pétain em julho de 1940.

7 De setembro de 1939 a maio de 1940, a França e a Grã-Bretanha estão oficialmente em guerra contra o III Reich que havia acabado de invadir a Polônia, mas cujos seus exércitos se encontravam nas fronteiras, sem combater, daí a expressão criada pela imprensa de “estranha guerra”. Vitoriosos a Leste do continente, os exércitos alemães se voltam ao Oeste em maio de 1940 e invadem a Bélgica, os Países-Baixos e a França em apenas seis semanas.

não era mais que uma “bela ilusão”, para retomar o lindo título da tese que o historiador Pascal Ory consagrou à política cultural da *Fronte Popular*.

Em sua coluna, na *Revue des lectures*, o abade Bethléem denunciava judeus, franco-maçons e comunistas que, segundo ele, levaram a França para um abismo, preparando assim os espíritos a se acostumarem com a prática da delação, sob o pretexto de que não se vivia um tempo de confraternização. A partir do momento em que o regime conhecido como “Estado francês” foi instaurado, depois dos votos concedendo plenos poderes ao marechal Pétain, em 10 de julho de 1940, as bibliotecas municipais começaram a fazer a triagem das obras colocadas à disposição do público, e os autos de fé, imitando aqueles de Berlim, em 1933, e de Madri e Barcelona, em 1939, se justificariam apoiando-se nas listas dos “maus livros” que o padre combatia desde 1904 (MOLLIER, 2014).

Mesmo que tenhamos dificuldade para admitir a ideia de que o abade Louis Bethléem era um autêntico intelectual, apreciador da literatura, do cinema, do rádio e da ópera, e que os intelectuais ligados ao fascismo, seja de viés italiano, alemão ou espanhol, eram também autênticos representantes da intelectualidade, convém lembrar que o próprio Robert Brasillach, que publicou ignóbeis artigos remetendo à morte dos judeus durante a guerra, tinha escrito uma belíssima história do cinema e uma antologia de poesia grega que não podem faltar em uma boa biblioteca.

Nós podemos dizer o mesmo a respeito de Pierre Drieu La Rochelle, chefe da *La Nouvelle Revue Française*, nazista entre 1940 e 1943, e que, no entanto, era um autor de romances apreciados antes de 1939, ou de Lucien Rebatet, cujo *Les décombres* [Os escombros] fora um dos *best-sellers* da França ocupada, ou de Louis-Ferdinand Céline, cujo *Le voyage au bout de la nuit* [Viagem ao fim da noite] (1932). Contudo, isso não nos autoriza a esquecer os panfletos antisemitas, todos censurados quando da liberação da França, quais sejam, *Bagatelles pour un massacre* (1937) [Bagatelas para um massacre], *L'École des cadavres* (1938) [Escola de cadáveres] ou ainda *Les Beaux Draps* (1941) [Os bons lençóis]. Se se quiser um último testemunho, a publicação recente da correspondência trocada entre Paul Morand e Jacques Chardonne, dois célebres romancistas do período entreguerras, mostra que os dois acadêmicos não haviam aprendido nem esquecido nada

após a guerra. Fascistas e antissemitas eles haviam sido; antissemitas e muito provavelmente fascistas, eles continuariam sendo 15 anos depois de sua derrota (MORAND; CHARDONNE, 2013, 2015), apreciando a quietude do Cais Conti, onde eles se reuniam às quintas-feiras para redigir alguns artigos do *Dictionnaire de l'Académie Française*. O secretário perpétuo, eleito em 1973, Jean Mistler, acedeu à cúpula do prédio da Academia Francesa, em 1966, com os votos da extrema direita, que não esquecera que em julho de 1940 ele tinha sido um dos mais ardentes apoiadores do marechal Pétain para derrubar a República (MOLLIER, 2008b, p. 124–130).

O retorno do recalcado

No dia seguinte da liberação da França, a esquerda é verdadeiramente majoritária no país. Quando, em 1946, o Partido Comunista obteve 28% dos votos, a *Section Française de l'Internationale Ouvrière* (SFIO) e o Partido Socialista 26%, a direita foi obrigada a se abrigar atrás dos partidos que se queriam democratas, como o Movimento dos Republicanos Populares (MRP), em que se encontravam os católicos gaullistas e resistentes (RIOUX, 1980).

Depois de quatro anos de *ocupação*, a sede pelo direito de ler livremente, sem qualquer tipo de controle, é real, e isso fez com que os jornais oriundos da Resistência conhecessem um desenvolvimento fulgurante. Do mesmo modo, os primeiros relatos concernentes aos campos de deportação e aqueles destinados à exterminação respondiam às expectativas do público. *L'espèce humaine* [A espécie humana] de Robert Antelme é uma das mais comovedoras obras disponíveis à venda em 1947, mesmo ano em que *Si c'est un homme* [Se isto é um homem], de Primo Levi, teve sua edição italiana lançada, embora não tenha encontrado então um público efetivo.

Os grandes escritores de esquerda, Louis Aragon, Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Paul Eluard são os mais lidos, e as revistas *Les lettres françaises* [Cartas francesas] e *Europe*, próximas do Partido Comunista, ou *Les temps modernes* [Tempos modernos], existencialistas partidários do engajamento intelectual francês, são os mais procurados. No entanto, notaremos que a tradução do *Zero et l'infini* [O zero e o infinito] de Arthur Koestler, em 1945, e aquela da *La Vingt-cinquième heure* [A 25ª hora], de Virgil

Gheorghiu, em 1949, ano em que Kravchenko, um alto funcionário soviético que atravessou a fronteira para o Oeste publica *J'ai choisi la liberté* [Eu escolhi a liberdade], são sucessos de venda, atenuando assim a impressão de dominação intelectual da esquerda sobre a vida literária parisiense.

No entanto, notaremos que a tradução do *Zero et l'infini* [O zero e o infinito] de Arthur Koestler, em 1945, e aquela da *La Vingt-cinquième heure* [A 25ª hora], de Virgil Gheorghiu, em 1949, *J'ai choisi la liberté* [Eu escolhi a liberdade], de Kravchenko, um alto funcionário soviético que atravessou a fronteira para o Oeste, também de 1949, são sucessos de venda, atenuando assim a impressão de dominação intelectual da esquerda sobre a vida literária parisiense.

É, no entanto, a votação, praticamente unânime, da lei de proteção da infância e da juventude, de julho de 1949, já que o Partido Comunista votou contra ela meramente como uma tática, e exigiu sua aplicação mais severa a partir das semanas que seguiram sua promulgação, que vai então aparecer como a extensão da legislação adotada em 1939 (MOLLIER, 2014; CRÉPIN; GROENSTEEN, 1999). O *Código da Família* tinha instituído uma “Comissão especial consultiva acerca do livro”, que não dispôs de tempo nem meios de funcionar durante a guerra, mas que iria se revelar muito eficaz a partir de 1947.

Dez anos mais tarde, outra comissão, dita “de vigilância e de controle das publicações destinadas à infância e à adolescência”, viria reforçar essa legislação repressiva e dar às autoridades todos os poderes necessários à aplicação dessas medidas. De maneira pior, sem dúvida, posto que a legislação autorizava, a partir de então, as associações, ligas ou “carteis” de moralidade, como eles se chamavam pós 1945, a se comportarem como se fizessem parte da justiça e em nome do respeito às leis, o que lhes fora negado antes de 1939. Ou seja, uma vigilância sobre a imprensa e sobre a edição, não somente pela polícia e pela justiça, mas por censores de um novo gênero, bem mais temíveis que aqueles que eram investidos das funções reguladoras do Estado.

Aliás, é o “Cartel de ação moral e social”, essa temível federação de comitês e de associações de defesa da moralidade pública, que vai se mostrar a mais determinada e, depois de se regozijar com o fechamento dos

bordéis, obtido em 1946, irá se ocupar de Boris Vian, ou, sobretudo, de seu parceiro de escrita, Vernon Sullivan, autor de um sulfuroso romance supostamente traduzido do inglês dos Estados Unidos, *J'irai cracher sur vos tombes* [Vou cuspir no seu túmulo]. Os muitos processos instaurados contra o autor, a partir de 1947, resultaram em sua condenação, em 1950, e os manifestantes católicos se dedicaram então em empreender os autos de fé de suas obras no mesmo momento (ARNAUD, 1979; URBAIN, 2016). Assim, a opinião pública é trabalhada, nos anos imediatamente posteriores à guerra, por correntes aparentemente opostas, e mesmo antitéticas. Ao mesmo tempo em que os resistentes travavam a luta contra a Ocupação Nazista, e contra todas as violações das liberdades individuais que supõem um regime fascista, eles aceitavam, em nome da defesa e da proteção da juventude, limitar a liberdade dos adultos, os únicos concernidos pela leitura do romance de Boris Vian. É, aliás, exigindo a intervenção da Comissão especial consultiva acerca do livro para toda ficção ou narrativa um pouco perturbadoras que eles obtiveram a retirada do volume de circulação e o julgamento público do autor.

Alguns anos mais tarde, o jovem editor Jean-Jacques Pauvert, que fez da publicação das obras do Marquês de Sade o grande negócio de sua existência, é quem será vítima dos mesmos ataques. Para localizar o “mau” livro, existia uma seção especial da Polícia Judiciária, e ela tinha o charmoso nome de “seção da galanteria”, termo que lembra o *Antigo Regime* e os “galanteios” dos libertinos do século XVIII (URBAIN, 2016). Sua tarefa, no entanto, é mais prosaica, e o que lhe compete é penetrar nas tipografias, nas livrarias ou nas casas de edição a fim de confiscar exemplares de volumes litigiosos que serão em seguida enviados à justiça. O editor especializado em erotismo destinado aos GIs americanos residentes na Europa, depois de 1945, Maurice Girodias, narra de maneira bem humorada a emoção desse jogo de gato e rato com os inspetores da Polícia Judiciária encarregados da vigilância de suas memórias intituladas *Une journée sur la terre* [Uma jornada na terra] (GIRODIAS, 1990). Filho do editor Jack Kahane, aquele que havia tornado Henry Miller conhecido do público francês e que havia editado os dois *Trópicos* em inglês e em francês antes de 1939, Maurice Girodias é uma perfeita ilustração, assim como os editores Jean-Jacques Pauvert e Eric Losfeld, os três mais perseguidos do pós-guerra

(JOUBERT, 2011), dessa vontade repressiva das autoridades francesas do período. Ele é também a prova viva da submissão de uma grande parte da opinião pública a essa exigência de moralidade, amplamente inspirada nos combates do abade Bethléem e, mais geralmente, da impregnação da sociedade francesa de uma moral de essência católica tornada em alguma medida consensual (MOLLIER, 2014).

Convencidos de ter a opinião a seu favor, a comissão de vigilância e de controle das publicações destinadas à juventude o fazia de bom grado e, sob o pretexto de que havia sido criada para lutar contra “os sete pecados capitais”, que ameaçavam os espíritos dos mais jovens, a saber, o banditismo, a mentira, o roubo, a preguiça, a covardia, o ódio e a devassidão,⁸ ela impede a republicação do *Journal do Mickey* [Jornal do Mickey] até 1953 e obriga os autores da história em quadrinhos a se autocensurar. O capitão Haddock, o parceiro de Tintin, suaviza seu linguajar e para de tomar whisky nos álbuns de Hergé publicados no pós-guerra; e os irmãos Dalton, os adversários de “Lucky Luke”, os personagens de Morris, tiveram igualmente que moderar seu furor para obter a autorização para serem publicados na França (CRÉPIN, 1951). Desde seu surgimento, a Comissão, que inclusive disporia de sede no Ministério da Justiça, não hesitará em intervir em domínios que não a concerniam, como o das histórias em quadrinhos para adultos, e ela fazia censurar *Barbarella*, interditando sua exposição em bancas de revista antes que o filme derivado dessa “HQ”, e tendo Jane Fonda como heroína, faça quebrar em pedaços essa legislação de um outro tempo. *Hara-Kiri*, uma revista decididamente provocadora, fora igualmente vítima por duas vezes da Madame Anastasie, em 1961 e em 1966, antes de ser definitivamente interdita em 1970..., e de renascer sob o nome de *Charlie Hebdo*, sinal de que a censura começava a se desgastar depois da explosão de Maio de 1968.

Com as guerras coloniais, que haviam sucedido a liberação da França, os censores estavam, com efeito, de volta a suas funções originais, e são os jornais e os livros para adultos que se tornaram as vítimas de sua inquisição. Durante toda a duração da Guerra da Argélia, de 1954 a 1962, os

8 O racismo será acrescentado a essa lista de flagelos a combater prioritariamente.

periódicos e os hebdomadários como *L'humanité* e *L'observateur* sofreram penhora e censura⁹, e os livros dos editores François Maspero e Jérôme Lindon, das Edições Minuit, foram os mais perseguidos diante dos tribunais (HAGE, 2009). Decidido a tornar público e a denunciar o uso sistemático da tortura contra os prisioneiros algerianos, Jérôme Lindon enceta uma grande campanha de publicização antes de colocar à venda *La question* [A questão], o livro no qual o antigo redator-chefe do jornal comunista *Alger républicain* conta seu martírio. Apreendido pela justiça, que caiu na armadilha, em fevereiro de 1958, o livro vai rodar o mundo e afetar consideravelmente a imagem da França na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (SIMONIN, 1994). Seguindo os passos dos dreyfusistas do fim do século XVIII e dos resistentes à ocupação nazista na metade do seguinte, os adversários da censura e da razão do Estado contribuíram para restabelecer a situação dos intelectuais franceses, novamente à frente das lutas contra o colonialismo, o imperialismo e o capitalismo, nos anos em que o Vietnã heroico, Cuba, Che e os guerrilheiros da América Latina atraem a juventude.

Uma fênix sempre renascendo

Como vimos na sequência deste rápido esboço da história da censura na França ao longo do século XX, a vontade de controlar o indivíduo parece universal e atemporal, mesmo se suas formas mudam com o tempo e com os regimes. Certa história dos intelectuais, na França e na América Latina (MICELI, 1995; SORA, 2017; TARCUS, 2007), privilegiou por muito tempo o estudo dos escritores, filósofos, jornalistas e artistas engajados à esquerda do espectro político, seguindo mais de perto uma análise sartriana do engajamento do intelectual na sociedade. Esquecemos um pouco rápido que outros intelectuais, igualmente ativos e presentes nos debates públicos, posicionavam-se contra essa visão e intentavam colocar seus trabalhos e seu pensamento a serviço da defesa da ordem estabelecida.

9 Quando um artigo é interdito por um censor militar, o jornal prefere deixar uma ou duas colunas em branco que reescrevê-las a fim de que seus leitores compreendam as razões de seu silêncio sobre um evento ocorrido na véspera (HUBERT, 2012).

Não podemos compreender a capacidade das ditaduras da América-latina, da Ásia ou do Oriente-médio de resistir como tal sem que disponham de verdadeira apropriação do campo intelectual. Antonio Gramsci o havia dito, analisando a tomada do poder pelos fascistas na Itália no entreguerras: eles se apropriaram primeiro das consciências antes de assumirem verdadeiramente a direção do país, e a guerra pela hegemonia ideológica havia precedido as marchas sobre Roma e os combates de ruas (GRAMSCI, 1996).

O Maio de 1968 significou, para a esquerda francesa, uma dessas ocasiões propícias para impor outras ideias, outros hábitos e outros modos de viver na França do General de Gaulle, um país, desde então, prisioneiro das tradições de outra Era. Mesmo os deputados favoráveis à Quinta República tendo vencido as eleições legislativas de julho de 1968, sua vitória durou pouco e, um ano mais tarde, o chefe de Estado renuncia, e o país se engaja na via de reformas profundas iniciadas com o voto de uma lei autorizando a contracepção em 1967. Ela anunciava outra lei, disse Simone Weil, que, aprovada em 1975, legaliza o aborto e significa, para os conservadores e os católicos tradicionalistas, a verdadeira prova de sua derrota intelectual. A França queria viver diferentemente de 1945, as numerosas famílias não teriam mais os favores das novas gerações que preferiam a pílula, o hedonismo e a liberdade em todos os domínios às restrições que seus pais haviam conhecido e aceitado. *Charlie Hebdo*, com seus desenhos de Georges Wolinski e de Reiser, simbolizava o advento dessas gerações de “*Baby-boomers*” (SIRINELLI, 2003). Ao contrário de sua dominação no campo das mídias, a censura experimentava cada vez mais as dificuldades de encontrar argumentos convincentes e o mundo parecia entrar em uma fase de grande relaxamento da censura, quando o atentado contra as “Torres Gêmeas” marcaria o fim desse período.

A sequência é conhecida. Desde o 11 de setembro de 2001, novas formas de totalitarismo, de fundo religioso, ameaçam as liberdades individuais e, para se proteger, os Estados tendem a elaborar legislações restritivas que começaram, nos Estados Unidos, com a adoção do “Ato Patriótico”. Outros países do mundo considerados “livres” antes de 1991 seguiram-no, e a França, como seus vizinhos, adotou uma legislação redutora das liberdades públicas em resposta aos atentados terroristas que a sangraram várias vezes

desde janeiro de 2015. Nesse ano, o assassinato da equipe de redatores do *Charlie Hebdo* mostrou os desastres que essa insurgência da ideologia fascista pode provocar. Madame Anastasie mudou sua feição, mas ela é tão cega e surda quanto o desenhista Gill havia imaginado, e está sempre munida de um enorme par de tesouras que utiliza à noite, uma vez que ela prefere a sombra à luz. Tornada verdadeiramente totalitária, ela não aceita mais nenhuma diferença e promete a morte a qualquer um que se negue a se converter ao islã radical que não poupa nem mesmo os fiéis do culto muçulmano mais abertos ao mundo moderno.

O mundo parece ter entrado novamente em um ciclo de censura que teve início com a entrada do Exército Vermelho no Afeganistão em 1979, ou com a intervenção das tropas americanas no Iraque em 1991, mas que teve uma reviravolta decisiva com a aparição de um califado que pretendia submeter o planeta a sua dominação pós 2001. Diante dessa ameaça, os Estados mais liberais são levados a ver novamente Madame Anastasie como uma pessoa costumeira e a limitar as liberdades de seus concidadãos. Os intelectuais oriundos do movimento das Luzes europeias reagem aqui e ali para lembrar que somente o uso da razão crítica permitiria escapar dos falsos dilemas que consistem na suspensão das liberdades quando somos atacados pelos inimigos da liberdade, mas sua voz não encontra eco. Bertold Brecht havia advertido em *La résistible ascension d'Arturo Ui* [A resistível ascensão de Arturo Ui], em plena Segunda Guerra Mundial, lembrando que “o ventre de onde a besta surgiu é ainda fecundo”. A tarefa dos intelectuais é assim traçada: cabe a eles assumir o legado de seus predecessores dos anos trinta e de não ceder à tentação do se fechar em si mesmos. Foi o que fizeram os jornalistas e ilustradores do *Charlie Hebdo*, que pagaram com seu sangue para dizer em alto e bom som que nenhuma religião está isenta de crítica e que as noções de “blasfêmia” e de “apostasia” são apenas imposições destinadas a impedir o indivíduo de exercer seu livre direito à crítica e à escolha de seu destino. Suas mortes, em janeiro de 2015, provam que os adoradores de Madame Anastasie estão dispostos a tudo para criar o novo ídolo do século XXI. Podemos apenas desejar que iconoclastas, mais inspirados que aqueles dos primeiros séculos cristãos, osem destruir esse símbolo da censura e impedir que ele se perenize no espaço público.

Referências

- ARNAUD, N. **Le dossier de l'affaire J'irai cracher sur vos tombes**. Paris: Christian Bourgois, 1979.
- AURIOL, P. **Histoire de l'affaire Dreyfus**. Paris: Les Belles Lettres, 2. Vol., 2014.
- COMPAGNON, A. **Connaissez-vous Brunetière?** Enquête sur un antidreyfusard et ses amis. Paris: Seuil, 1997.
- CRÉPIN, T. **Haro sur le gangster!** La moralisation de la presse enfantine, 1934-1954. Paris: Editora do CNRS, 1951.
- CRÉPIN, T.; GROENSTEEN, T. (Org.). **On tue à chaque page!** La loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse. Paris: Editions Du temps/Angoulême, Musée de la bande dessinée, 1999.
- DARNTON, R. **De la censure**. Essai d'histoire comparée. Paris: Galimard, 2014.
- DELPORTE, C. Anastasie: l'imaginaire dans le dessin satirique (XIXe –XXe siècles). *In*: ORY, P. (org.). **La censure en France à l'ère démocratique**. Bruxelles: Ed. Complexe, 1997. p. 89–99
- GIRODIAS, M. **Une journée sur la terre**. Paris: La Différence, 2. vol., 1990.
- GRAMSCI, A. **Cahiers de prison**. Paris: Gallimard, 1996.
- HAGE, J. Une brève histoire des librairies et des éditions Maspero. 1955-1982. *In*: GUICHARD, B., LÉGER, A.; HAGE, J. (Org.). **François Maspero et les paysages humains**. Lyon: La fosse aux ours, A plus d'un titre, 2009. p. 93–160.
- HUBERT, N. **Editions et éditeurs pendant la guerre d'Algérie**. 1954-1962. Paris: Édições Bouchene, 2012.
- JOSÉ, P. **Tracts surréalistes et déclarations collectives (1922-1969)**. Paris: Le Terrain Vague, 2. vol., 1980.
- JOUBERT, B. **Dictionnaire des livres et journaux interdits**. 2. ed. Paris: Editions du Cercle de la Librairie, 2011.
- LECLERC, Y. **Crimes écrits**. La littérature en procès au XIXe siècle. Paris: Plon, 1991.
- MAYEUR, J. M. **La séparation de l'Église avec l'État**. Paris: Julliard, 1966.
- MICELI, S. **Les intellectuels et le pouvoir au Brésil**. 1920-1945. Paris: Editora da MSH, 1995.
- MOLLIER, J. Y. La bataille de l'imprimé. Littérature et Nation. Numéro spécial - Hors série. Les représentations de l'affaire Dreyfus dans la presse en France et à l'étranger. **Actes du Colloque de Saint-Cyr-Sur-Loire** (novembre 1994). Tours: Université François-Rabelais, p. 15–28, 1997.
- _____. Zola et la rue. **Les Cahiers naturalistes**, n. 72, p. 75–91, 1998.
- _____. La police de la librairie (1810-1881). *In*: SOREL, P. e LEBLANC, F. (Org.). **Histoire de la librairie française**. Paris: Editions du Cercle de La Librairie, p. 16-26, 2008a.

- _____. **Edition, presse et pouvoir en France au XXe siècle.** Paris: Fayard, 2008b.
- _____. **O Camelo.** Figura emblemática de Comunicação. São Paulo: Edusp, 2009.
- _____. Censure. In: DELPORTE, C., MOLLIER, J. Y.; SIRINELLI, J. F. (Org.). **Dictionnaire d'histoire culturelle de la France contemporaine.** Paris: PUF, p. 136–139, 2010.
- _____. **La mise au pas des écrivains.** L'impossible pari de l'abbé Bethléem au XXe siècle. Paris: Fayard, 2014.
- _____. **Une autre histoire de l'édition française.** Paris: La Fabrique éditions, 2015. p. 49–51.
- MORAND, P.; CHARDONNE, J. **Correspondance.** Paris: Gallimard, 2. vol., 2013, 2015.
- MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- NEMER, M. **Raymond Radiguet,** Paris: Fayard, 2002.
- ORY, P. **La Belle Illusion.** Paris: Plon, 1994.
- ORY, P.; SIRINELLI, J. F. **Les intellectuels en France de l'affaire Dreyfus à nos jours.** Paris: A. Colin, 1986.
- PRÉVOTAT, J. M. **Les catholiques et l'Action française. Histoire d'une condamnation.** Paris: Fayard, 2001.
- RIOUX, J. P. **La France de la Quatrième République.** Paris: Seuil, 1980.
- SERRY, H. **Naissance de l'intellectuel catholique.** Paris: La Découverte, 2004.
- SIMONIN, A. **Les Editions de Minuit. 1942-1955.** Le devoir d'insoumission. Paris: IMEC Editions, 1994.
- SIRINELLI, J.F. **Intellectuels et passions françaises.** Manifestes et pétitions au XXe siècle. Paris: Fayard, p. 40-50, 1990.
- _____. **Les Baby-boomers.** Une génération (1945-1969). Paris: Fayard, 2003.
- SORA, G. **Editar desde la izquierda en América latina.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.
- STERNHELL, Z. **Ni droite ni gauche, l'idéologie fasciste en France.** Paris: Gallimard, 2013.
- STORA-LAMARRE, A. **L'enfer de la troisième République.** Censeurs et pornographes. 1881-1914. Paris: Imago, 1990.
- TARCUS, H. **Diccionario biográfico de la izquierda argentina.** Buenos Aires: Emece, 2007.
- URBAIN, A. **Sens interdits:** l'encadrement des publications érotiques en France des années 1920 aux années 1970. Thèse de doctorat en histoire, orientada por. J.Y. Mollier, Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, 2016.

Intellectuals and censorship in 20th century France

Abstract

On the 20th century, in France, lay intellectuals, on one side, catholics, on the other, defended censorship of literary Works, expositions, artists and even of comic books. The history of French intellectuals from this period covers the existence and action of conservative and reactionary figures, virulent in the expression of their convictions, coming mostly from the clerical environment, and that had great visibility and influence, not only in France. Although less remembered, it is important to understand the reach of their ideas, the way they are broadcasted, the harmful role they played, in its time, with slander and systematic condemnation of works, authors, artists, and the way they imposed on the State and acted on its behalf. Reconstituting this dimension of French intellectual history is fundamental today, when you can hear the echoes of totalitarianism from the religious base that progressively threatens individual liberties.

Keywords: French intellectuals, censorship, totalitarianism, reactionarism, religion.

Recebido em: 11.12.2017

Aprovado em: 29.07.2018